

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Licitação: 5000132020

Edital: PESG011/20

Modalidade: Pregão

1 – IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

A Comissão de Licitação recebeu em 23 de março de 2021 recurso administrativo complementar interposto pela empresa CCT CONCEITUAL CONSTRUÇÕES LTDA relativo ao Edital PESG011/20.

Em 24 de março de 2021, foi publicado na plataforma eletrônica Licitações-e do Banco do Brasil, onde o processo é conduzido publicamente, a seguinte mensagem a respeito do recebimento do referido recurso para conhecimento de todos os interessados:

“Em atenção ao previsto no item 10.2 do Edital PESG011/20, esta Comissão de Licitação vem pela presente informar a todos os licitantes que no dia 11/03/2021 a empresa CCT CONCEITUAL CONSTRUÇÕES LTDA interpôs recurso, complementado nos dias 17 e 23/03/2021 requerendo a inabilitação da arrematante. Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da presente comunicação, para apresentação de impugnações ao recurso interposto, as quais devem ser apresentadas nas mesmas condições descritas nos itens 10.1 e 10.1.1 do Edital PESG011/20. Fica assegurada a todos os licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, resguardado os documentos considerados sigilosos, devendo em sua solicitação serem indicados de forma nominal e objetiva os documentos que se deseja ter acesso, através do endereço eletrônico de e-mail compras@esgas.com.br.”

A CCT já havia interposto outros dois recursos, um no dia 11/03/2021 e outro no dia 17/03/2021, todos foram publicados na plataforma eletrônica Licitações-e do Banco do Brasil.

2 – ALEGAÇÕES DO RECURSO

A empresa CCT CONCEITUAL CONSTRUÇÕES LTDA, alega que a TEXCAL apresentou atestados de Capacidade Técnica, com várias inconsistências invertendo a lógica do dispositivo legal invocado, devendo ser rejeitado de plano. Informa que os atestados não apresentam carimbo do CNPJ, telefone fixo, nem o endereço da empresa eminente, sendo assim, estariam em desconformidade ao edital.

Alegam também, que os atestados não contêm o escopo do serviço executado, não possui data de emissão, data de assinatura, informando que os atestados não atendem o requisito de habilitação técnica do certame em pauta.

Informa que a empresa deixou de apresentar as demonstrações contábeis, e desse modo estaria em desacordo com o exigido no edital de licitações. Deixando de apresentar, ainda, a

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), documentação descrita e exigida conforme item 9.2.3.1 do Edital.

Informa que a TEXCAL apresentou certidão emitida pelo CREA-ES, sem que haja a devida comprovação de prova de registro referente aos serviços que fazem parte do objeto da contratação, alega que a referida CREA-ES apresentada não menciona “serviços de gestão de faixa de dutos”.

Informa que a Planilha de Preços Unitários (PPU) contém erro no preço total do seguinte item: 5.23 (grupo gerador 150 KVA).

Aponta que há lançamento contábil de empréstimos vultuosos realizados pelos sócios – pessoas físicas à sociedade empresaria, contudo, informa que não há referência do instrumento jurídico que avalizou estes lançamentos, nem mesmo referência de tais empréstimos em notas explicativas ou as eventuais condições de pagamento desses mútuos. Sendo assim, interferiu diretamente no cálculo previsto nesse edital.

Por todo o exposto, no recurso impetrado pela empresa, a recorrente solicita ao Presidente da Comissão de Licitação, *ipsis literis*:

“Diante de todo exposto, pugna pelo provimento do presente Recurso, para que seja declarada inabilitada a empresa TEXCAL COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA., seja pelo critério técnica, seja pelo critério econômico-financeiro, determinando-se a retomada da fase de efetividade da proposta e de habilitação, garantindo-se a escolha da proposta mais vantajosa, em observância aos preceitos constitucionais, bem como a liberdade de concorrência (competitividade).

*Acaso não seja esse o entendimento, pugna pelo provimento para **anular o processo licitatório** pelos vícios de legalidade na habilitação da licitante declarada vencedora, face às previsões constantes do edital, para que o novo processo seja instaurado para esta finalidade.*

*Requer ainda, caso seja o entendimento pela inabilitação, **reconsiderando** anterior decisão desta Comissão de Licitação e Ilm. Sr. Pregoeiro, com fulcro no item 10.4 do Edital, determine-se a reordenação das propostas, convocando-se a licitante subsequente para análise quanto às etapas de efetividade da proposta e de habilitação.*

*Na remota hipótese, seja remetido o recurso à Autoridade Superior para análise e julgamento e considerando a garantia constitucional do devido processo legal, assegurando o contraditório e a ampla defesa, e por aplicação as normas, este recurso terá **efeito suspensivo**, na forma do artigo 109, inciso I, alínea “a”, combinado com o § 2º Lei Federal nº 8.666/1993.”*

3 – ANÁLISE TÉCNICA

Em atenção ao que prevê o Edital nº PESG010/20 e a Lei 13.303/16, segue a análise e decisão deste pregoeiro referente ao recurso interposto pela empresa CCT – CONCEITUAL CONSTRUÇÕES LTDA., com as justificativas abaixo: A Recorrente alega que a Arrematante apresentou atestados de Capacidade Técnica sem o carimbo do CNPJ, telefone fixo e o endereço da empresa eminente.

Os atestados de capacitação técnica apresentados pela Arrematante contemplam o CNPJ da Contratante em “DADOS DO CONTRATANTE”, além de dados (siglas) do órgão emitente interno.

Quanto ao endereço e o telefone, considerando que a TRANSPETRO é empresa contratante pública, não houveram quaisquer dificuldades para a Equipe de Apoio realizar diligências, verificar as informações do atestado e obter os dados citados, a fim de efetuar as comunicações pertinentes ao rito licitatório.

Como evidência, o site da empresa (pesquisa com próprio nome) apresenta o seu endereço na página principal, e o telefone de gerentes gerais de um órgão em “Quem Somos”, “Organograma”, “Gerentes Gerais”.

Ante o exposto esse pleito do Recurso não procede.

A Recorrente alega que os atestados de capacitação técnica apresentados pela Arrematante não contemplam o escopo dos serviços, data de emissão e data de assinatura.

Inicialmente vale esclarecer que os 2 (dois) atestados de capacitação técnica apresentados apresentam vínculos, em “DADOS DOS SERVIÇOS”, aos respectivos TRDs (Termo de Recebimento Definitivo) apresentados, os quais constam em seu objeto o escopo dos serviços executados, sendo estes “Serviços de Manutenção Industrial de Malha de Gasodutos do Espírito Santo”.

Os atestados são datados de 08/02/2021, sendo estas a data de emissão e de assinatura.

Os serviços executados citados atendem ao item 9.2.1.1. do edital, descrito a seguir, especificamente destacado em negrito a seguir:

“9.2.1.1. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, atestando que prestou serviços similares ao objeto e ao escopo desta licitação, contendo no mínimo os serviços e quantidades descritos a seguir:

• Serviços de operação ou manutenção em indústrias de petróleo e gás natural ou indústrias de grande porte em geral – Contratos de grande porte (>R\$ 7 Milhões); ou

• Serviços de gestão de faixa de dutos e manutenção das instalações de distribuição de gás natural – no mínimo 24 meses de serviços prestados.”

Diante disso fica evidenciado que, com base nos atestados de capacitação técnica e TRDs apresentados pela Arrematante, os requisitos de habilitação técnica do item 9.2.1.1. do Edital nº PESG011/2020 foram atendidos.

Adicionalmente, cabe destacar que a veracidade dos referidos atestados e TRDs apresentados, foi chancelada através de diligenciamento junto a empresa TRANSPETRO (Contratante).

Ante o exposto esse pleito do Recurso não procede.

A Recorrente informa que a Arrematante apresentou certidão emitida pelo CREA-ES, sem que haja a devida comprovação de prova de registro referente aos serviços que fazem parte do objeto da contratação.

As informações de DMPL, DFC e DRA foram enviadas pela arrematante tempestivamente conforme previsto no edital e disponibilizadas à reclamante em 17/03/2021, de modo que a alegação de que os documentos não foram apresentados não procede.

Outro ponto indicado pela empresa como irregular se refere ao registro do CREA. O edital estabelece que a Arrematante deverá apresentar o registro no CREA-ES **antes da assinatura do contrato**, contendo os serviços que fazem parte do escopo contratual, conforme item 9.2.1.3. descrito a seguir:

“9.2.1.3. Apresentação de prova de registro da empresa no CREA-ES, referente aos serviços que fazem parte do objeto da contratação. Essa comprovação será exigida antes da assinatura do contrato.”

Diante disso a Arrematante não descumpriu o item 9.2.3.1 do Edital e poderá solicitar a realização de quaisquer alterações necessárias no registro, nas quais será verificado pela Equipe de Apoio, antes da assinatura do contrato, se o referido registro contempla todos os serviços que fazem parte do objeto da contratação.

Ante o exposto esse pleito do Recurso não procede.

A Recorrente informa que a Planilha de Preços Unitários (PPU) apresentada pela Arrematante contém erro no preço total do seguinte item: 5.23 (grupo gerador 150 KVA).

Na PPU apresentada foi identificado que no valor unitário do item 5.23 a Arrematante adotou 3 (três) casas decimais e com isso o preço total ficou R\$ 0,02 menor que o correto.

Este fato não proporciona quaisquer impactos no resultado do certame e poderá ser regularizado antes da Adjudicação do objeto. Desta forma não há descumprimento do item 8.5 do Edital.

Ante o exposto esse pleito do Recurso não procede.

Por fim, cabe ressaltar que os demonstrativos contábeis foram analisados e atendem aos pré-requisitos previstos no edital, não havendo não conformidades que deem procedência ao alegado no recurso.

4 – CONCLUSÃO

Tendo em vista o relatado na presente análise, este Pregoeiro resolve manter a decisão proferida diante dos fatos expostos, e resolve não dar provimento aos pleitos do Recurso Administrativo impetrado pela Recorrente.

O resultado desta avaliação foi pautado nas estritas exigências do Edital e da Lei das Estatais nº 13.303/16.

Ante todo o exposto, diante da manutenção da decisão de não provimento do recurso administrativo impetrado, tendo em vista o previsto no item 10.4 do Edital PESG011/20, o presente recurso será encaminhado à Autoridade Superior, neste caso o Diretor de Operações da ES GÁS, para decisão de caráter definitivo.

Vitória, 19 de abril de 2021.

Abaixo subscrevem-se:

**PAULO AUGUSTO RODRIGUES
RIBEIRO:86643355400**

Assinado de forma digital por PAULO
AUGUSTO RODRIGUES RIBEIRO:86643355400
Dados: 2021.04.19 20:35:06 -03'00'

Paulo Augusto Rodrigues Ribeiro
Pregoeiro